

# Território, Globalização e Desenvolvimento Regional

*Fernando Negret Fernandez<sup>1</sup>*

---

## RESUMO

Este artigo aborda inicialmente os conceitos de Espaço, Território e Região a partir dos trabalhos de alguns dos mais conhecidos teóricos e pesquisadores sobre os processos de ocupação territorial e a formação dos estados-nação no mundo e na América Latina. Posteriormente se analisam os processos que estão ocorrendo na atualidade sobre o uso do espaço e a formação de "regiões-estado" em alguns países com a globalização. Abordam-se, igualmente, os fenômenos regionais e urbanos que estão acontecendo na América Latina, considerando processos demográficos, a urbanização, questões regionais e urbanas nacionais e as condições de vida das populações. Finalmente, incluem-se algumas conclusões, os desafios dos países latino-americanos nos níveis regional e urbano no contexto da globalização e algumas iniciativas para enfrentá-los.

**Palavras-chave:** Território; Espaço; Desenvolvimento Regional.

---

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é revisar e discutir alguns dos conceitos mais reconhecidos pela sua trajetória e importância teórica sobre espaço, território e região e examinar, com base neles e em novas pesquisas e reflexões, a realidade atual desses aspectos no mundo e na América Latina. Considerando esses conceitos, busca-se entender os processos e fenômenos que estão ocorrendo atualmente no contexto internacional a partir da dinâmica imposta pelo capitalismo contemporâneo na sua etapa atual de globalização e pelo uso intenso da informação e do conhecimento em redes. Nessa perspectiva se aborda a consolidação e o surgimento de regiões e cidades globais que centralizam esse processo, ao tempo em que se busca, com novas contribuições teóricas, interpretar as atuais manifestações e formas de uso do espaço pelos agentes sociais que comandam o processo de globalização.

Examinam-se a formação e a consolidação dos territórios dos países latino-americanos e se analisam as principais transformações e a situação atual dos processos regionais e urbanos mais relevantes. Abordam-se, nesse sentido, os movimentos demográficos e a problemática derivada da expansão e da metropolização das principais

---

<sup>1</sup> Doutor em Economia (UNAM, México) – Docente: Faculdades Alves Faria (Goiânia - GO)  
[fenegret@uol.com.br](mailto:fenegret@uol.com.br)

idades do continente, ressaltando a dimensão ambiental e a situação atual e potencial das cidades de porte médio.

O documento apresenta algumas conclusões sobre a situação atual das regiões e cidades na América Latina e os desafios que devem enfrentar os governos e as sociedades nacionais para consolidar sistemas regionais urbanos que permitam melhorar a eficiência e a produtividade. Esses sistemas de cidades devem se adequar para aproveitar as vantagens comparativas das regiões com a finalidade de atender às exigências da globalização.

Finalmente sugerem-se algumas iniciativas no sentido de recuperar e utilizar novos mecanismos de planejamento e de gestão do desenvolvimento regional e das cidades. Nesse sentido, se propõe a incorporação do Zoneamento Ecológico Econômico como instrumento de planejamento, bem como novas análises dos sistemas regionais urbanos nacionais para adequá-los às demandas da globalização. Igualmente se propõe criar novos mecanismos e instrumentos para lograr a integração social entre setores urbanos, melhorar a convivência cidadã e enfrentar com sucesso a violência nas cidades.

### **ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS E ENFOQUES SOBRE O ESPAÇO, O TERRITÓRIO E A REGIÃO**

O espaço é um conceito de diversas interpretações e controvérsias em diferentes áreas de conhecimento. Neste artigo, se faz referência ao espaço constituído pelo território, seus recursos naturais, suas regiões e cidades e, sobre o qual, as diferentes sociedades construíram e continuam construindo as bases materiais da sua subsistência, de suas relações e de suas organizações sociais. Trata-se do espaço como suporte natural e produto material social, no sentido de que sobre o território e com seus recursos foram construídos historicamente os processos de desenvolvimento, incluídas todas as obras e os bens das sociedades. Esse espaço territorial, integrado pelas regiões e as pelas cidades, tem sido transformado permanentemente através da exploração dos recursos em distintas formas de relações sociais e de relações "sociedades-natureza". São essas relações e as transformações sociais, econômicas e naturais decorrentes que interessam ser entendidas como partes integrantes dos processos de desenvolvimento nacionais e regionais. Somente com base na compreensão desses complexos processos será possível tomar medidas para promover um desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade ambiental.

Cabe a Castells o mérito de ter iniciado de forma categórica "O Debate sobre a Teoria do Espaço". Para o autor, "o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais, entre eles as pessoas, os quais estabelecem historicamente determinadas relações sociais que dão ao espaço e a outros elementos componentes uma forma, uma função e um significado social" (1976). Esse conceito do autor é relevante na medida em que desenvolveu o debate sobre a questão do espaço desde aquela época e, atualmente, aparece retomado pelo próprio autor no seu trabalho "A Era da Informação" (2005) e especificamente sobre "O Espaço de Fluxos" referido às

sociedades contemporâneas, cuja forma predominante de poder e de atividades funcionam hoje em rede. Nesse trabalho apresenta-se a nova interpretação do autor sobre as manifestações predominantes das práticas sociais no “Espaço” no contexto da globalização e das sociedades em redes. Esses novos desenvolvimentos conceituais são utilizados neste documento para analisar e interpretar os processos nas regiões e nas cidades dos países da América Latina.

No debate sobre a teoria do espaço cabe mencionar os aportes e avanços alcançados por Emílio Pradilla no seu livro “Contribución a la Crítica de la Teoría Urbana” (1984). Nesse trabalho o autor afirma que “compartimos com Castells o ponto de partida sobre a caracterização dos elementos da estrutura espacial, segundo a qual analisar o espaço como expressão da estrutura social equivale a estudá-lo a partir dos elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico, assim como pelas práticas sociais que acontecem nesses sistemas”. Essa afirmação implica o princípio metodológico de que a análise do espaço, quanto expressão ou produto social, deve partir do estudo da sociedade que o construiu ou produziu, e que essa sociedade está integrada e deve ser analisada nos seus aspectos socioeconômicos, políticos e culturais.

Pradilla interpreta o espaço e os “diversos espaços” produzidos pelas sociedades a partir da sua “Teoria dos Suportes Materiais da Vida Social”, na qual a natureza e todas as obras e objetos construídos sobre ela e com seus próprios recursos naturais são suportes materiais da vida social. São esses suportes os que dão caráter específico e particular ao espaço, seja ele regional, urbano, produtivo, doméstico, etc. Para o autor, a natureza, entendida como a totalidade dos seus elementos constitutivos, se apresenta como o suporte geral, condição prévia já dada, não produzida pela humanidade, que proporciona todos os meios para a existência humana.

A ocupação do território pelas diversas sociedades na história significa que a natureza, como suporte e condição geral de toda existência social e de todo suporte material, tem sofrido profundas transformações como resultado de sua apropriação por essas distintas sociedades ao longo do tempo. Para Pradilla a “natureza é transformada, modelada, destruída, reproduzida com base no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção em cada momento do desenvolvimento histórico e em cada organização social” (1984). Essa transformação, destruição e reprodução devem ser estudadas e entendidas em todos seus efeitos socioambientais, para estabelecer a partir desses conhecimentos as bases de um desenvolvimento com sustentabilidade.

Cabe ressaltar, nessa perspectiva, que o uso desmedido e predatório dos recursos naturais na terra, explorado atualmente em níveis superiores à capacidade de suporte ou de carga dos ecossistemas, está gerando grandes mudanças na estrutura e função dos espaços ou territórios naturais e no clima geral do planeta. Essas mudanças climáticas se estão manifestando de forma crescente em todos os continentes e se prevê, para as próximas décadas, que fenômenos drásticos na natureza como o aumento do calor, secas mais intensas, o incremento da desertificação, dos furacões, das inundações, a poluição dos mares, entre outros, vão ocasionar grandes transformações no conjunto da natureza e causar movimentos migratórios intercontinentais de enormes dimensões. Todos esses processos transformarão o território e os espaços naturais do planeta, as formas de ocupação, bem como os espaços e as paisagens rurais e urbanos

construídos pelas distintas sociedades na terra. Esses são novos desafios da gestão territorial e do desenvolvimento regional na época da globalização.

No início do desenvolvimento humano, as comunidades selvagens foram nômades, viviam da coleta dos recursos naturais e o seu deslocamento se dava em função da abundância e da diminuição da fauna e da flora. Não existia trabalho para a produção e transformação das matérias primas e o território ainda não estava delimitado socialmente por formas de produção localizadas. Poder-se-ia afirmar que ainda não era possível estabelecer regiões a partir de características socioeconômicas e produtivas.

Posteriormente, o incremento dos grupos sociais, a diminuição das subsistências, o conhecimento empírico acumulado sobre os ciclos naturais e biológicos e a criação de ferramentas, permitiram a transformação da natureza, do manejo da água, da agricultura e da domesticação de animais. Esse desenvolvimento permitiu o sedentarismo, a construção de assentamentos e a fixação, com o tempo, de comunidades sobre territórios determinados, aos quais essas formações sociais deram características particulares com sua vida social e cultural. Nesse processo surgiram as culturas, as línguas, os costumes, etc, que dariam origem aos povos-nação e às nacionalidades, às regiões por elas delimitadas e finalmente às nações ou aos países que hoje integram o território do planeta.

Na teoria regional tem presença relevante o conceito de “Questão Regional – Questão Nacional” desde as fontes clássicas, na medida em que significa a delimitação do espaço territorial por povos-nação e a criação da maioria dos atuais Estados-Nação. Esse conceito tem recobrado relevância na atualidade em virtude do surgimento de nacionalidades que estiveram submersas ou submetidas nas fronteiras de países, especialmente na Europa Central e oriental e em alguns povos do Médio Oriente e da Ásia Central. O “aparecimento” recente dessas nacionalidades fez ressurgir, nos territórios de países onde estão localizadas, regiões ocupadas por esses povos-nação. Segundo teóricos como Gramsci, Bauer e Luxemburgo, o idioma, a religião, os costumes, as particularidades de vida, a própria composição nacional da população, entre outros, são os aspectos que definiram e ainda estão definindo nações, questões regionais e regiões em territórios do mundo.

A consolidação e a expansão das cidades e as necessidades de consumo para subsistência das populações urbanas estabeleceram uma relação campo-cidade cada vez mais integrada e interdependente. O desenvolvimento do transporte, das vias e dos meios de comunicação estabeleceu inter-relações e fluxos de pessoas, bens e serviços entre cidades e deu origem aos sistemas regionais-urbanos, os quais são cada vez mais amplos, dinâmicos e complexos. Entretanto, e dadas as condições de ocupação dos países latino-americanos, nos quais ainda existem territórios e regiões em formação, pode-se afirmar que os sistemas regional-urbanos não estão consolidados na totalidade dos territórios nacionais.

Com o processo de globalização e das sociedades integradas em rede nesta época da informação, o conceito de espaço está mudando aceleradamente e, embora os países mantenham formalmente suas fronteiras territoriais, o capital e as sociedades funcionando em rede vão diluindo essas fronteiras nos territórios geográficos e tornando o mundo menos regional, menos nacional e mais global.

## O TERRITÓRIO, OS ESTADOS-NAÇÃO E AS REGIÕES NA ÉPOCA DA GLOBALIZAÇÃO E DAS REDES

É evidente que o processo mais relevante que está ocorrendo no momento atual é o irreversível processo de globalização da humanidade, com todas as suas previsíveis e imprevisíveis conseqüências. Talvez o mais sintomático desse acelerado processo seja a homogeneização dos comportamentos, das atitudes e dos gostos, assim todas as nacionalidades procuram manter o mais sagrado e enaltecido de suas culturas nacionais. Homogeneizar o mundo implica perdas lastimáveis e irreversíveis da diversidade cultural humana e, nesse sentido, significa perder o bem global mais prezado, construído historicamente pelas diferentes civilizações e formações sociais da humanidade. Considera-se que atualmente a riqueza cultural e patrimonial dos países é o principal ativo do turismo mundial, o qual inclui todas as manifestações culturais nacionais e regionais. Cabe lembrar que o turismo é o principal setor econômico do planeta.

Esta homogeneização cultural em todos os cantos da terra está muito bem expressada por Kenichi Ohmae no seu trabalho, *O Fim do Estado-Nação, A Ascensão das Economias Regionais* (2002), quando faz referência à atual “Civilização Transnacional” e afirma que as crianças e os adolescentes das sociedades que recebem a influência da multimídia são mais parecidas entre eles do que com as gerações mais antigas de suas próprias culturas. Pode-se reiterar essa lúcida idéia de Ohmae afirmando que evidentemente as crianças de hoje se parecem mais entre elas que com seus próprios pais.

Ohmae demonstra com suficientes dados e informações, no capítulo “A Emergência de Estados-regiões”, o fenômeno que ele denomina “Um Florescimento de Regiões”, em referência ao desenvolvimento, com a globalização, de pequenos territórios estados, regiões e inclusive de cidades com diversas atividades e poder econômico. Trata-se da crescente consolidação de um modelo territorial contra-posto aos Estados-Nação, chamado por ele de Regiões-Estado. Segundo o autor, nas últimas décadas, e com o fortalecimento e sucesso econômico de Hong Kong, Singapura, Penang na Malásia e outros exemplos de pequenos territórios autônomos, praticamente urbanizados, vem ocorrendo o surgimento de outras Regiões-Estado, principalmente no extremo oriental e no sudeste da Ásia. Esses novos territórios com intensas atividades econômicas estão se consolidando em torno de cidades e de regiões economicamente importantes, particularmente nas fronteiras internacionais ou próximas por via marítima entre China, Japão, Coréia, Rússia, Vietnã, Laos e Tailândia, entre outros.

Para o autor, o sucesso desse modelo de “pequenos territórios autônomos” deve-se fundamentalmente à abertura ao capital internacional e às facilidades que têm sido dadas para que empresas internacionais se instalem no extremo oriental da Ásia, no seio ou nas proximidades de um dos espaços regionais com maior dinâmica e concentração econômica do planeta. Ohmae afirma que ante esse sucesso, “as autoridades chinesas parecem ter captado a mensagem, já que expandiram o conceito de zona econômica especial – ZEE, que está funcionando muito bem em Shenzhen e

Xangai, para quatorze outras áreas. Um desses projetos em Yunnan tornar-se-á uma zona econômica transnacional que abrangerá o Laos e o Vietnã". (2002).

O autor defende a idéia de que é precisamente o manejo autônomo desses territórios no qual radica o seu sucesso e sugere que os Estados-Nação devem apoiar e encorajar o desenvolvimento de Regiões-Estado dentro de suas fronteiras. "Os Estados-Regiões são unidades econômicas, e não políticas, e seu foco não tem nada de local. Eles podem residir dentro das fronteiras de um estado-nação estabelecido; porém, são motores do desenvolvimento tão poderosos porque sua orientação e sua ligação básica dá-se com a economia global"(2002). Ohmae considera que os Estados-Nação tradicionais, ao menos em termos econômicos, apresentam grandes dificuldades para atender às súbitas mudanças e exigências da dinâmica industrial, bem como dos fluxos de capitais e sobre as informações disponíveis. Igualmente encontram obstáculos políticos para responder a essas exigências e para dar prioridade à lógica global, perante as necessidades e reivindicações sociais nacionais.

Cabe ressaltar que os Estados-Região são, na realidade, um produto da globalização, a qual tem por característica básica e como política permitir a implantação de empreendimentos produtivos ou de serviços de forma flexível e sem obstáculos. Segundo Ohmae, "são portões de entrada à economia global muito eficazes porque estão moldados pelas exigências dessa economia. Seu tamanho tem que ser suficiente para constituir-se num mercado atraente para as grandes marcas de bens de consumo. Por isso, sua população tende a estar na faixa de cinco a vinte milhões. Os Estados-Regiões têm que ser suficientemente pequenos para que seus cidadãos compartilhem de interesses como consumidores, mas de tamanho suficiente para justificar economias não de escala, (que afinal pode ser alavancada de uma base de qualquer tamanho via exportações para o resto do mundo), mas de serviços – a saber, a infra-estrutura de comunicações, de transportes e de serviços profissionais essenciais à participação na economia global. Por exemplo, deve contar com ao menos um aeroporto internacional e, provavelmente, com um bom porto com instalações de manuseio de cargas classe mundial" (2002).

Dessa forma percebe-se que os Estados-Nação, referidos antes como povos-nação localizados em territórios aos quais lhes dão caráter próprio ou nacional com o seu idioma, a sua religião, os costumes e a própria população nacional, nada têm a ver com as Regiões-Estado de agora, que são produto e essência da globalização. Nessas Regiões-Estado já não se trata de manter a cultura e as costumes, trata-se, pelo contrário, de se abrir à produção e à cultura internacional e de incorporar todas as atitudes e comportamentos contemporâneos, entre os quais, infelizmente, o consumo é o maior prazer e a forma de realização pessoal. É uma situação na qual importa mais "ter" que "ser" e implica todas as conseqüências ambientais conhecidas e que hoje constituem uma ameaça à sustentabilidade da vida na Terra.

Entretanto, esse processo de globalização e internacionalização da cultura e dos costumes, que não somente acontece nos denominados "estados-região", tratados por Ohmae, constitui um fenômeno realmente global que atinge todos os cantos da terra com diferente intensidade e diversos efeitos. Nessa perspectiva, Manuel Castells tem relevantes contribuições sobre a lógica espacial da globalização e Zygmunt Bauman

sobre as conseqüências da globalização nos estados-nação. São dois autores de grande relevância contemporânea, cujos trabalhos cabe ser revisados e comentados.

As novas análises de Castells, após as suas determinantes contribuições para a "teoria social do espaço", estão orientadas a explicar a "complexidade de interação entre a tecnologia, a sociedade e o espaço" e cujo funcionamento o autor denomina "espaço de fluxos". O objetivo desse último trabalho é explicar o perfil do novo processo que se está tornando manifestação espacial predominante de poder e função nas sociedades atuais. Ou seja, como se expressa ou se manifesta no espaço o poder e as funções econômicas na época atual da globalização. O trabalho se apóia em dados disponíveis sobre a recente padronização espacial das funções econômicas e das práticas sociais predominantes na presente era da informação.

Alguns conceitos sobre a nova proposta teórica do autor são os seguintes: "Do ponto de vista da teoria social, espaço é o suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado... Por práticas sociais de tempo compartilhado, refiro-me ao fato de que o espaço reúne essas práticas que são simultâneas no tempo. É a articulação material dessa simultaneidade que dá sentido ao espaço **vis-à-vis** a sociedade. Tradicionalmente essa idéia foi assimilada á contigüidade". Mas para Castells é necessário separar o conceito básico de "suporte material de práticas simultâneas" da noção de contigüidade "a fim de justificar a possível existência de suportes materiais de simultaneidade que não dependam de contigüidade física, visto que é exatamente este o caso das práticas sociais predominantes na era da informação" (2005).

Nessa perspectiva, Castells propõe o conceito de "Espaço de Fluxos", que define como a organização das práticas sociais de tempo compartilhado funcionam por meio de fluxos. Por fluxos entendem-se as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por autores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. Por estruturas sociais dominantes, o autor entende aqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral.

Além dessa conceitualização, o autor explica o Espaço de Fluxos como "a forma material dos processos e funções dominantes na sociedade informacional", explicitando, dessa maneira, que efetivamente trata-se de elementos materiais no espaço e que, nesse sentido, está constituído por pelo menos três camadas de suportes materiais, quais sejam:

a) um circuito de impulsos eletrônicos que inclui microeletrônica, telecomunicações, processamento computacional, sistemas de transmissão e transporte em alta velocidade também com base em tecnologias de informação. O autor considera essa base material como estrategicamente crucial na rede da sociedade. b) Os nós (centros de funções estratégicas) e centros de comunicação. Não obstante se tratar de uma rede eletrônica, essa rede conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem definidas. c) Organização espacial das elites gerenciais dominantes. Trata-se dos agentes sociais que exercem as funções direcionais em torno de interesses dominantes específicos.

No âmbito das análises sobre o funcionamento do “espaço de fluxos” e especificamente com referência a “Serviços Avançados, Fluxos da Informação e a Cidade Global”, Castells afirma que “a economia global/informacional é organizada em torno de centros de controle e comando capazes de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas”. Os denominados “serviços avançados” incluem finanças, seguros, bens imobiliários, consultorias, assessoria jurídica, propaganda, projetos, **marketing**, relações públicas, segurança, sistemas de informação, estão no cerne de todos os processos econômicos na agricultura, na indústria e nos serviços, e todos eles podem ser reduzidos a geração de conhecimentos e a fluxos de informação.

Segundo o autor, mais de uma década de estudos sobre a localização desses serviços avançados permitiram demonstrar um modelo espacial caracterizado pela dispersão e concentração simultânea. De um lado, nas principais áreas metropolitanas do mundo, esses serviços apresentam o maior crescimento de empregos e as taxas mais altas de investimento. De outro, houve uma concentração espacial das principais atividades em alguns centros urbanos importantes. O autor cita os trabalhos de Saskia Sassen sobre as Cidades na Economia Global (1994) no qual se demonstra o domínio conjunto de Nova York, Tóquio e Londres nas finanças internacionais e na maior parte dos serviços de consultorias empresariais de âmbito internacional. Também cita outras cidades que ocupam lugares relevantes em segmentos específicos.

Cabe ressaltar que esse fenômeno da concentração dos serviços altamente especializados para as grandes corporações e empresas como resultado do processo da globalização nessas três cidades tem mudado segundo estudos mais recentes. Com a crise econômica japonesa, Tóquio não chegou aos níveis de Nova York como se estimava e, atualmente, o centro financeiro americano está ameaçado por novas normas, que impõem tarefas aos diretores de empresas que cotizam em bolsa, impossíveis de cumprir. Na Europa, a liderança inquestionável de Londres parece que começa a declinar devido à crescente carga fiscal britânica. Com essa situação, novos centros estão surgindo, destacando-se Zurique, Hong Kong, Xangai e Singapura, os quais, por localização, taxa de impostos e experiência acumulada como sedes de grandes empresas, estão se potencializando para promover uma mudança na localização dos serviços avançados e, em consequência, participar e transformar o espaço de fluxos a que se refere Castells.

Essa possibilidade de mudança da localização dos serviços entre cidades demonstra com evidência a dinâmica e, ao mesmo tempo, a fragilidade da função de qualquer cidade e região no sistema capitalista mundial. Como pode ser visto, as grandes capitais do mundo, consideradas antes inquestionáveis na sua hierarquia, hoje também podem ser substituídas sob os efeitos das próprias leis do capital. Haverá quem pense que isso demonstra as possibilidades abertas que oferece o mercado; entretanto, é necessário criar toda uma complexa oferta de serviços avançados para cumprir com as novas exigências da globalização, pelas quais o próprio capital se encarrega de estruturar com o objetivo de satisfazer melhores condições de funcionamento com mais altas taxas de rentabilidade.

Com referência à dinâmica da economia mundial e às mudanças que essa ocasiona em cidades e regiões do mundo e nas suas relações, Castells cita o trabalho de

Cappelin (1991) que afirma que a “importância relativa das relações entre cidades e regiões parece diminuir quando comparada à importância das relações que interligam várias cidades de regiões e países diferentes. As novas atividades concentram-se em pólos específicos e isso implica um aumento das disparidades entre os pólos urbanos e as respectivas hinterlândias” (2005).

Esse fenômeno, constatado por Cappelin em centros urbanos de tamanho médio na Europa, é de muito interesse porque seguramente pode estar acontecendo em outros continentes e em cidades com certa especialização na produção industrial na América Latina e, especificamente, no Brasil. De fato, algumas cidades de porte médio com setores produtivos especializados, cujos mercados se encontram localizados fora de sua região imediata e no exterior, também têm organizado certos serviços avançados para desenvolver as atividades industriais e o comércio exterior. Seguramente essas cidades têm mais relações externas que com a sua região próxima ou hinterlandia.

Dessa maneira se configuram também, nos países latino-americanos, os denominados por Castells “espaços de fluxos” e que teriam um papel possivelmente mais acentuado no desenvolvimento urbano local que no desenvolvimento regional. Entretanto, essa relação urbano-regional não sempre acontece de uma mesma maneira, pois a diversidade da produção em diferentes regiões e dos serviços de apoio a essa produção determina aquilo que se tem denominado como “Caráter Funcional das Cidades” ou “Funções Regionais das Cidades”. A diversidade produtiva regional, principalmente com base na agricultura, na pecuária e na mineração, tem criado nos países latino-americanos cidades com características particulares, que se relacionam de maneira diferente com suas regiões de entorno e também com o exterior.

Um outro aspecto de importância tratado por Castells sobre as mudanças que estão ocorrendo nas regiões e cidades são os novos fatores da localização industrial. O autor, juntamente com Philippe Aydalot (1986), considera que um elemento-chave para a localização dos novos complexos produtivos é o que eles denominam de “meios de inovação”, o qual é “um conjunto específico de relações de produção e gerenciamento com base numa organização social que, de modo geral, compartilha uma cultura de trabalho e metas instrumentais, visando gerar novos conhecimentos, novos processos e novos produtos. São os meios fundamentais de inovação e de geração de valor agregado no processo de produção industrial na era da informação” (2005). Esses meios de inovação industrial de alta tecnologia são denominados pelo autor como “tecnópoles” e, em geral, se encontram localizados nos principais centros urbanos dos países mais industrializados, embora nos Estados Unidos, e em alguma medida na Alemanha, se encontrem novos centros de inovação em regiões especializadas, como por exemplo o Vale do Silício, a Rote 128 de Boston, o tecnópole do sul da Califórnia, Seattle, Austin ou Munique, entre outros.

Não obstante a pesquisa tenha demonstrado que a localização predominante da indústria esteja acontecendo em regiões metropolitanas com avançados meios de inovação sob hierarquias internacionais, a lógica da localização industrial nessa divisão transnacional do trabalho pode ser revertida com novas cidades-sede e nesse processo podem ser enfraquecidas grandes aglomerações, incluídos os meios de inovação nelas localizados. O surgimento dos novos centros urbanos, como foi assinalado anteriormente, demonstra a dinâmica e competência interna do sistema capitalista,

mesmo que a lei da concentração e da centralização do capital continue se expressando nas dramáticas desigualdades sociais entre países, regiões e cidades e entre partes desses.

Outro aspecto referente ao funcionamento e à localização das indústrias na época atual da globalização e da informação é a sua organização numa hierarquia de inovação e fabricação articuladas em redes globais. A direção e estrutura dessas redes estão sujeitas às constantes mudanças dos movimentos de cooperação e concorrência entre empresas e os locais onde estão implantadas. Segundo Castells, a característica da nova localização industrial é a sua “descontinuidade geográfica” paradoxalmente formada por complexos territoriais de produção. O novo espaço industrial é organizado em torno de fluxos de informação que, ao mesmo tempo, reúnem e separam - dependendo dos ciclos das empresas - seus componentes territoriais. E, à medida que a lógica da fabricação da tecnologia da informação vai passando dos produtores de equipamentos de tecnologia da informação para os usuários desses dispositivos em toda a esfera da indústria, também a nova lógica espacial se expande criando uma multiplicidade de redes industriais globais, cujas interseções e exclusões mudam o próprio conceito de localização industrial de fábrica para fluxos industriais.

Todos os aspectos tratados anteriormente por Castells sobre as transformações espaciais em nível dos países, das regiões e das cidades, bem como sobre as determinações da localização das indústrias a partir da formação dos complexos industriais com meios de inovação e o funcionamento em redes globais, são fundamentais para entender o papel que jogam os países latino-americanos nesses novos processos da globalização.

Em uma perspectiva diferente e com referência às conseqüências da globalização sobre os estados-nação, Baumann (1999) afirma que “para alguns ‘globalização’ é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, ‘globalização’ é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo ‘globalizados’ e isso significa basicamente o mesmo para todos”. O autor também reflete acerca das conseqüências da globalização sobre as nações-estado, as quais considera “sempre territoriais” e assinala que, com a velocidade que o capital circula no mundo, sempre estará um passo adiante para que o estado o controle. Essa idéia de falta de controle sobre a economia é o que Baumann considera como um efeito abrumador para os estados-nação e, assumindo a posição de Vincent Cable (1996), afirma : “Num mundo em que o capital não tem domicílio fixo e os fluxos financeiros estão bem além do controle dos governos nacionais, muitas das alavancas da política econômica não mais funcionam”. (1999)

Na realidade Baumann reflete sobre um dos pontos mais polêmicos e complexos do processo de globalização, na medida em que expressa as dificuldades dos estados-nação para lidar e controlar o capital internacional. Esse fenômeno, segundo o autor, está levando a um “desgaste” ou “erosão” dos estados nacionais por parte de forças modeladoras de caráter transnacional em boa parte anônimas e, portanto, difíceis de identificar. Não formam um sistema ou ordem unificada. São um aglomerado de sistemas manipulados por atores em grande parte “invisíveis”. Perante tudo isso, Baumann termina afirmando que “o significado mais profundo transmitido pela idéia de

globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo. A globalização é a 'Nova Desordem Mundial' de Jowitt com outro nome". (1999)

Cabe ressaltar que Baumann também discute aspectos relacionados com o território e afirma que na prática e na teoria modernas as idéias de "Estado" e "Soberania Territorial" tornaram-se sinônimas, de modo que a expressão "Estado Territorial" tornou-se um pleonasma. De fato, o significado de "Estado" foi precisamente o de um agente que reivindicava o direito legítimo de utilizar seus recursos ao alcance para estabelecer e impor as regras e normas que ditavam o rumo dos negócios num certo território. Regras e normas que se esperava que transformassem "a contingência em determinação, a ambivalência em clareza e o acaso em regularidade", em suma, planejar e mudar o caos pela ordem. A idéia de ordenar um setor do mundo significou estabelecer um estado-nação com soberania para fazer exatamente isso: ordenar, controlar, regularizar. Entretanto, a globalização faz agora exatamente o contrário.

Após as colocações de Baumann sobre as dificuldades dos estados nacionais para controlar o capital internacional, convém refletir sobre como se pode orientar, disciplinar e controlar o desenvolvimento regional, dentro de parâmetros que permitam justiça social, viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental, em partes ou regiões de um território nacional. Nesse sentido, um princípio básico é que o ordenamento das atividades sobre o território somente será possível com base no respeito às normas de planejamento estabelecidas pelos estados nacionais. Tudo indica que após o estabelecimento de instrumentos normativos, a primeira providência tem de ser a elaboração de estudos ou análises regionais com base nos quais se possam estabelecer potencialidades e vulnerabilidades em todos os níveis, de forma a detectar vantagens comparativas regionais, nacionais e internacionais. Essas análises necessariamente devem incluir aspectos ambientais, sociais e econômicos que, tratados com racionalidade, constituem o tripé do desenvolvimento com sustentabilidade. Entretanto, uma iniciativa desse tipo enfrenta obstáculos, na medida em que o capital tem demonstrado interesse essencialmente no lucro e pouco se interessa pelas questões sociais e ambientais.

## **QUESTÃO REGIONAL, FENÔMENOS TERRITORIAIS E GLOBALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

A América Latina em geral e o Brasil em particular têm tido uma ampla e diversa discussão sobre as particularidades da ocupação territorial e sobre os complexos e diversos processos e fenômenos regionais e urbanos, neste chamado "Continente da Esperança". As particularidades das formas de ocupação continental se iniciam com o próprio processo de colonização, espoliação e etnocídio dos povos americanos e da exploração desmedida dos recursos naturais continentais. Esse processo violento e

arrasador das formas originais de ocupação e organização dos territórios americanos apagou a sangue e fogo as delimitações territoriais dos “estados-nação ameríndios” e foram impostas as divisões e as formas administrativas coloniais de Espanha e Portugal.

Desse modo, a América Latina apresenta formas **sui generis** na consolidação dos atuais estados-nação, cujas delimitações territoriais levaram processos de disputa internacionais desde a sua independência até datas relativamente recentes, incluindo porções de territórios ainda em discussão. Essa consolidação territorial das nações latino-americanas ficou definida em termos de divisões políticas-administrativas segundo formas centralistas ou federadas, nas quais não tiveram maior relevância nem consideração as porções de territórios ocupados pelas minorias étnicas que subsistiram ao extermínio e à usurpação de suas terras. Ou seja, o conceito de Questão-Regional ou Questão-Nacional, entendido e descrito anteriormente como territórios ocupados por povos-nação com culturas, línguas e populações nacionais, por direito ancestral realmente proprietárias desses territórios, não foi considerado para delimitar as novas divisões políticas administrativas. Na realidade isso não aconteceu porque as comunidades indígenas que subsistiram não tiveram a organização e a força suficiente para reivindicar esses territórios. Entretanto, com o tempo e em virtude da ascensão das lutas reivindicatórias ou, mais recentemente, por conveniências de manejo ambiental e até por pressões internacionais, foram criadas formas de delimitação e administração de territórios ocupados por essas comunidades, os quais foram denominados como resguardos indígenas, reservas indígenas, terras indígenas, etc., sobre os quais existem graus diversos de autonomia dos seus habitantes sobre o manejo dos recursos naturais existentes nesses territórios.

Dentre os diversos teóricos que, na América Latina, têm discutido e contribuído para interpretar as formas espaciais que se configuraram nos países do continente e, especialmente, sobre o desenvolvimento e aplicabilidade do conceito de “Questão Regional” em porções dos territórios nacionais, cabe comentar algumas colocações bastante conhecidas de Francisco de Oliveira e de José Luis Coraggio.

Nos estudos realizados por Francisco de Oliveira (1978) sobre a Questão Regional no Brasil o autor mostra de maneira eloqüente como o processo de chegada e expansão da forma de produção capitalista no país no final do Século XIX foi configurando regiões com formas de produção diferenciadas. Nesse sentido demonstra a coexistência entre a região sudeste, onde a forma de produção assalariada já era predominante, e a região nordeste, onde ainda permaneciam formas de produção escravistas e pré-capitalistas. É precisamente com base nessas formas de produção que Oliveira define seu conceito de “Região Econômica e Política”, o qual se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, aos conflitos sociais resultantes.

O autor assinala que, desse ponto de vista, podem existir “regiões” em determinado espaço ou território nacional caracterizado por esses processos, embora ressalte que existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as “regiões” econômicas e políticas. Entretanto, Oliveira esclarece que essa “tendência quase nunca chega a materializar-se

de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução de capital é por definição desigual e combinado” e esclarece que em alguns espaços econômicos do mundo, como nos Estados Unidos, por exemplo, existe um grau de homogeneização completo.

As considerações de De Oliveira são de especial interesse, porque incitam a refletir sobre a maneira como ocorre a ocupação territorial do capitalismo no mundo e particularmente na América Latina. Pode-se afirmar, de entrada, que a forma assalariada ou capitalista no nível mundial tem continuado um processo de disseminação cada vez mais acelerado, alcançando, com o processo de globalização, as regiões mais remotas da terra e se tornando absolutamente predominante no mundo. Mercadorias emblemáticas, e também ambientalmente problemáticas da vida contemporânea, como os plásticos e as pilhas, já se encontram nos lugares mais recônditos do planeta, sendo articuladas desse modo, com a circulação e fluxos das mercadorias, todas as pessoas ao sistema capitalista. Nessa perspectiva poderia se dizer que o capital já ocupa todos os lugares da terra e que efetivamente continua avançando esse processo de “homogeneização” dos territórios do planeta no sentido da “chegada” da relação social assalariada a todas as regiões do mundo. Porém, deve ser ressaltado que esse processo se combina com uma brutal disparidade e desigualdade das condições gerais da produção, do desenvolvimento das forças produtivas e das condições sociais de vida.

Para Coraggio (1988), o conceito de Questão-Regional se aplica unicamente aos casos nos quais acontece um conflito de base territorial que por sua magnitude e possibilidade de ampliação, ameace a estabilidade institucional do país. Para o autor “somente quando emersa em conflito social (atual e potencial) com base territorial, que tenha raízes profundas nas estruturas da sociedade civil ou em nacionalidades ou grupos étnicos relativamente autônomos, que tenha possibilidades de se ampliar e que afete a correlação de forças na ordem nacional, estaríamos em presença de uma situação que, afetando toda a sociedade no seu conjunto, podemos denominar como Questão Regional”. Perante esse conceito, poder-se-ia afirmar que poucas situações ou conflitos em territórios delimitados na América Latina têm atualmente essa dimensão e capacidade de ameaçar a estabilidade dos governos; porém, devem ser destacados os casos de Bolívia e Equador, onde as comunidades indígenas com crescentes graus de organização e politização têm mudado os governos nacionais na busca de melhorar as suas condições de vida.

Cabe ressaltar que, embora não exista nos territórios dos países de América Latina a Questão Regional como ameaça à estabilidade dos governos constituídos, existem evidentemente graves problemas regionais de subdesenvolvimento, expressados em enormes desigualdades sociais e em baixas condições de vida de grandes massas de população, a maioria das quais pertencentes às minorias étnicas indígenas e negras. É nesse sentido que a problemática regional, materializada em necessidades sociais básicas, subdesenvolvimento ou atraso das forças produtivas em regiões dos países latino-americanos, assume a maior importância.

No trabalho “El Espacio Regional. Hacia la Consolidación de los Asentamientos Humanos em América Latina y el Caribe” publicado pela CEPAL (2001), se realiza uma completa análise dos principais fenômenos ocorridos nas últimas décadas na ocupação

dos territórios nacionais e nos sistemas de cidades de América Latina. Nesse trabalho se destacam quatro fatos:

- a) A progressiva e agressiva, em alguns casos, ocupação dos territórios que historicamente tem contado com pouca população no coração da região, em particular as bacias da Amazônia e do Orinoco.
- b) Uma urbanização acelerada da população, da economia e da sociedade;
- c) Uma massiva mudança de pessoas das zonas rurais para as urbanas e uma crescente importância da migração entre cidades;
- d) A constituição de sistemas urbanos que se distinguem por uma elevada proporção de cidades grandes (mais de um milhão de habitantes) e megacidades; por uma alta concentração da população na cidade de maior tamanho (ou nas duas maiores), se bem que desde a década de 1970 se adverte um maior dinamismo das cidades grandes e intermédias distintas da principal.

O estudo da CEPAL assinala que a urbanização tem grande transcendência e enormes implicações econômicas e sociais na América Latina e que, como processo seguirá tendo provavelmente uma trajetória relativamente autônoma de outros processos econômicos e sociais significativos, como o crescimento do PIB, as tendências da pobreza e a distribuição da renda, e implicará um incremento das demandas de moradia e serviços urbanos nas próximas décadas. Afirma-se, igualmente, que o processo de urbanização e a reconfiguração da ocupação do território se iniciou cedo na região e que, não obstante a diminuição relativa da aceleração nas últimas décadas, a América Latina é hoje o continente mais urbanizado do mundo em desenvolvimento. No ano 2000 a população urbana e rural era de 380 e 127 milhões de habitantes respectivamente, passando o nível de urbanização de 71% em 1990 a 75% no ano 2000. Ao mesmo tempo e, de acordo com a medição da linha da pobreza, nos finais dos anos 90, 6 de cada 10 pobres latino-americanos habitavam em zonas urbanas, situação que converte a América Latina na região em desenvolvimento que mais bem expressa o processo mundial de "Urbanização da Pobreza" e que começou a se manifestar nos anos 80, em contraste com Ásia e África, onde a maioria das populações pobres ainda se encontra no meio rural.

O mesmo estudo refere-se à significativa desaceleração na década de 1980 do crescimento das 49 cidades com mais de 1 milhão de habitantes que havia no ano 2000 na América Latina. Esse fenômeno é atribuído "ao colapso da indústria substitutiva, à diminuição do emprego público, à falta de investimento e ao virtual abandono do planejamento urbano, substituído pelos mecanismos de mercado na gestão do desenvolvimento das cidades" (CEPAL, 2001).

Essa afirmação é de enorme importância no contexto do desenvolvimento regional e urbano na América Latina, na medida em que coloca com clareza as causas de uma mudança nos processos demográficos no continente. De fato, com o processo de globalização e com a abertura dos mercados, os setores industriais nacionais foram à falência devido à inundação das mercadorias de outros países; o neoliberalismo divulgou a tese de que os governos deveriam diminuir seus funcionários públicos para contrair os gastos orçamentários, buscar a eficiência e deixar nas mãos do mercado a maior parte

das decisões e investimentos. Dessa maneira, o planejamento das cidades também foi considerado desnecessário, terminou sendo abandonado por alguns governos e em consequência se incrementaram os históricos problemas de infra-estrutura, governança e qualidade de vida nas cidades e se diminuíram suas vantagens em matéria de oportunidades de trabalho para os migrantes. Na década seguinte mantiveram e elevaram ligeiramente seu peso relativo na população urbana e conseguiram retomar a sua posição privilegiada para captar os investimentos nacionais e internacionais e articular os atores produtivos nacionais com os mercados externos.

As cidades de maior tamanho, 5 milhões ou mais de habitantes no ano 2000, são consideradas pelo estudo como "Cidades Globais", dada a dimensão demográfica e importância econômica. Esses centros urbanos se expandiram e integraram economicamente outros centros urbanos contíguos configurando, desse modo, Regiões Metropolitanas complexas para a sua gestão. A falta de instrumentos adequados de planejamento e gestão metropolitanos mostrou as dificuldades e desafios desses processos de integração territorial. Aspectos referentes ao manejo do solo e dos recursos naturais, das deficiências dos serviços básicos, do transporte e da moradia, bem como a violência urbana e em geral a qualidade da vida, são enormes desafios da gestão dessas cidades.

Com referência às cidades de porte médio, consideradas aquelas entre 50.000 e 1 milhão de habitantes, o estudo afirma que mantiveram um dinamismo demográfico alto na maior parte dos países da região, que aumentaram a sua participação dentro do conjunto urbano e que em alguns casos apresentam um grande potencial para um desenvolvimento urbano sustentável, se comparadas com as grandes cidades. Entretanto, afirma a CEPAL que várias dessas cidades na década de 90 reproduziram alguns dos problemas dos centros de maior tamanho, demonstrando que seu tamanho, por si só, não assegurava um futuro promissório. A viabilidade desses centros urbanos "parece depender dos fundamentos econômicos de sustentação, incluindo seu grau de integração ao cenário global, o tipo de articulação com o sistema urbano nacional e regional e o aproveitamento que se faça de vantagens comparativas em matéria de produção, oferta de serviços, disponibilidade de infra-estrutura, geração de conhecimento e informação, condições de vida e outros". (2001) O estudo conclui afirmando que, da mesma forma que para as grandes cidades, surge aqui o desafio de políticas integradoras capazes de articular as cidades de porte médio com outros centros e territórios num marco que ultrapasse os limites locais.

Sobre as cidades de porte médio cabe destacar o fato de que esses centros urbanos podem cumprir papéis cruciais nos processos do desenvolvimento regional em países como os latino-americanos, nos quais existe uma enorme diversidade de regiões caracterizadas por recursos naturais e potencialidades produtivas diversos. Nessas regiões as cidades de porte médio podem assumir papéis de apoio com serviços especializados em função da produção específica de suas regiões de influência ou **hinterlands**. Esses centros urbanos devem ser a base de apoio para potencializar as vantagens comparativas regionais.

Convém comentar que também o estudo da CEPAL ressalta "o papel vital que hoje as cidades ocupam nos processos produtivos, inovadores e adaptativos dentro do novo cenário de competência e globalização, na medida em que melhorem suas

condições socioeconômicas e ofereçam um bom nível de serviços, comodidades e conexões". Vale lembrar que nas análises de Castells comentadas anteriormente, o autor faz referência específica aos "serviços avançados", aos "meios de inovação" e ao "funcionamento em rede" que são características fundamentais das cidades que ocupam um lugar importante no mundo globalizado de hoje. Entretanto, no âmbito das cidades latino-americanas mencionadas por Castells nesse sentido, somente São Paulo e Cidade do México fazem parte, em lugares secundários, da lista das grandes "cidades globais" no planeta.

Outra conclusão geral que apresenta o Estudo da CEPAL sobre as cidades latino-americanas é a segregação de seus espaços. Na maioria dos centros urbanos os grupos sociais de renda alta se isolam defensivamente em bairros auto-suficientes de moradias luxuosas e com serviços e lugares de trabalho, de modo que não precisam usar o resto da cidade e interagir com outros grupos sociais. Ao mesmo tempo existem bairros periféricos e de invasão com moradias precárias e sem serviços públicos básicos. Essa situação de conflito se vê agravada porque se encontram debilitados os tradicionais mecanismos de integração social que tinham a educação pública, os sistemas de saúde pública e também os lugares centrais de recreação e cultura. Entretanto as normas e ações estabelecidas para atenuar a segregação urbana têm sido insuficientes ante os poderosos efeitos das forças excludentes do mercado.

O conjunto de afirmações até aqui expostas sobre o que expressam as formas de ocupação dos territórios dos países da América Latina, tanto entre as regiões no âmbito nacional bem como entre as cidades e no seu interior, é que existe um processo de acentuação das desigualdades em diversos aspectos, dentre os quais podem se destacar o nível de desenvolvimento das forças produtivas regionais e urbanas, a qualidade dos serviços e equipamentos de apoio à produção e à população, as condições das moradias e, enfim, enormes desigualdades nas condições materiais de vida dos habitantes.

No entanto, essas desigualdades que se verificam na América Latina também são evidenciadas no contexto mundial. Com a globalização, esse processo se tem intensificado e se constata através da existência, no âmbito internacional, de poucas cidades ou "regiões-estado", no dizer de Ohmae, que concentram os serviços avançados e os meios de inovação a que faz referência Castells. De fato, são poucas as cidades, além dos tradicionais centros urbanos dos países mais industrializados, que fazem parte da seleta lista que cumprem com as exigências de articulações e serviços necessários para a geração de conhecimento e de inovação e que, portanto, participam ativamente do Espaço de Fluxos.

Pode-se afirmar, então, que as desigualdades têm sido na América Latina uma manifestação permanente do desenvolvimento nacional, regional e urbano e que a globalização, e especialmente a geração de conhecimento e meios de inovação, poderão acrescentar significativamente essas diferenças a todos os níveis, se não existirem políticas com força suficiente para se opor aos processos de isolamento de regiões e a segregação social nas cidades. Não se trata de continuar no esforço falido de lutar pelo equilíbrio regional em nível nacional, muitas vezes colocado como premissa de políticas públicas, pois isso não será possível, dadas as desigualdades naturais, produtivas e sociais. Deve-se buscar mais as vantagens comparativas regionais, promover o desenvolvimento com maior sustentabilidade socioambiental e criar políticas de

distribuição de renda para favorecer as regiões mais atrasadas e com menores vantagens para seu desenvolvimento.

### **ALGUMAS CONCLUSÕES, DESAFIOS E INICIATIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO REGIONAL URBANO COM SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO**

A partir das considerações anteriores sobre as formas de ocupação do território em América Latina e frente às desigualdades do desenvolvimento de regiões e cidades, apresentam-se a seguir algumas conclusões, desafios e iniciativas com vistas a conseguir um desenvolvimento regional com sustentabilidade socioambiental. Cabe assinalar que o conceito que se assume de Desenvolvimento Regional com Sustentabilidade é aquela condição na qual a relação sociedade-natureza ocorre garantindo a continuidade dos recursos renováveis, com justiça social e viabilidade econômica. Ou seja, trata-se de um desenvolvimento ambientalmente racional, socialmente justo e economicamente viável.

As principais “questões regionais urbanas” ou os problemas mais relevantes das regiões e das cidades em América Latina podem ser agrupadas, em termos gerais, dentro dos processos socioambientais que se manifestam espacialmente com as seguintes características:

a) Territórios ou espaços regionais com grandes cidades e sistemas regional-urbanos consolidados e dinâmicos, nos quais existe um alto nível de desenvolvimento das forças produtivas. Nessas áreas ocorrem relações assalariadas flexíveis que geram grandes desigualdades e conflitos sociais devido às condições de vida resultantes para a força de trabalho. Nas cidades dessas regiões apresentam-se graves problemas ambientais, decorrentes, principalmente, das grandes aglomerações urbanas de fábricas, automóveis e moradias. No campo, os monocultivos da agricultura comercial, plantada após a derrubada da cobertura vegetal, têm ocasionado problemas de contaminação dos solos e dos corpos de água.

b) Regiões com cidades aproximadamente entre 1 milhão e 50.000 habitantes, integradas em sistemas regionais urbanos com menor intensidade de fluxos, onde se combinam altos níveis de desenvolvimento das forças produtivas com formas de produção, entre outras, de agricultura familiar, de extrativistas, modalidades de produção coletivas ou específicas de populações tradicionais. Essas regiões estão localizadas geralmente em zonas de fronteira agropecuária, onde violentos conflitos resultam dos processos de desalojamento e usurpação das terras pelos grandes empreendedores e/ou grileiros. Os problemas ambientais nas cidades são decorrentes de processos industriais e de efluentes de resíduos urbanos; entretanto, os maiores problemas se apresentam nos processos de ocupação de novos territórios derrubando as florestas e degradando de maneira drástica os recursos naturais existentes nessas áreas.

c) Territórios periféricos aos sistemas urbanos consolidados, com cidades pequenas relativamente isoladas, com baixo nível de desenvolvimento de processos produtivos, com formas de produção assalariadas ou não, produção familiar, extrativista,

de outras populações tradicionais, etc, e, que apresentam diversas necessidades sociais básicas insatisfeitas. Os mais graves problemas ambientais nessas áreas estão relacionados com o desmatamento das florestas e a degradação dos solos e das águas decorrentes de processos de mineração.

### **INICIATIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO REGIONAL URBANO COM SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO**

- Estudar a localização dos recursos naturais e da produção e determinar o funcionamento dos sistemas regionais urbanos com o fim de realizar Zoneamentos Ecológicos Econômicos nos territórios dos países latino-americanos. Dessa forma poderão ser estabelecidas as potencialidades e vantagens comparativas regionais, bem como as vulnerabilidades de ecossistemas que por sua relevância ambiental devem ser protegidos.

- Estudar as configurações recentes da urbanização e da ocupação dos territórios e das regiões dos países latino-americanos, de forma a conhecer as características dos processos atuais com o fim de orientar a consolidação e a formação de sistemas regionais urbanos mais eficientes e competitivos para apoiar o desenvolvimento regional no contexto da globalização.

- Fortalecer os sistemas de licenciamento, monitoramento e fiscalização de atividades socioambientais no nível rural e urbano, de modo que se consiga um melhor manejo dos recursos naturais das florestas e do campo e um ordenamento no uso do solo nos processos de expansão das cidades.

- Nas regiões produtoras e em processo de ocupação, além de melhorar as relações sociais e trabalhistas para elevar as condições de vida dos trabalhadores e das populações tradicionais, devem ser manejar das mais intensivamente as áreas com potencial agrícola e reflorestadas com espécies madeireiras de alto rendimento aquelas áreas recentemente desmatadas. Assim pode-se diminuir a pressão sobre as florestas primárias e preservá-las enquanto a pesquisa avança na identificação do manejo sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos.

- Dinamizar as políticas de criação e implementação de Unidades de Conservação, de proteção integral e de uso sustentável, como a única forma de garantir a permanência das áreas prioritárias para proteção em virtude da sua biodiversidade e dos recursos genéticos.

- Promover a pesquisa aplicada para subsidiar com bases científicas o planejamento regional-urbano. Nesse sentido é necessário instalar serviços avançados, gerar conhecimento e criar meios de inovação, de forma a potencializar as vantagens comparativas dos recursos regionais e urbanos disponíveis no âmbito das demandas da globalização. Essa pesquisa deve estar articulada com a docência de forma a capacitar recursos humanos em tecnologias da informação e das redes.

- Renovar a discussão para ajustar e adequar os instrumentos de planejamento e gestão de áreas metropolitanas e das cidades, particularmente com referência à funcionalidade para melhorar a eficiência e produtividade urbana na perspectiva de competir no cenário da globalização em curso.
- No âmbito das cidades, com conflitos sociais decorrentes da segregação social, deve-se criar espaços e meios para convivência cidadã e para integração social de seus habitantes, com o propósito de diminuir o isolamento e as desigualdades sociais e combater efetivamente a violência urbana.
- Com a perspectiva de melhorar o funcionamento e a competitividade das cidades, bem como conseguir uma maior sustentabilidade, é indispensável pôr em funcionamento sistemas de transporte coletivo eficientes, com preços acessíveis e não contaminadores, como alternativa ao carro individual. Essa iniciativa é uma forma de diminuir o consumo de petróleo e de matérias primas, de descongestionar o espaço público e as vias e de despoluir as cidades.
- As cidades de porte médio podem e devem cumprir importantes funções de apoio ao desenvolvimento regional. Com esse propósito devem ser formuladas políticas para adequá-las, dotando-as de serviços, infra-estrutura e de equipamentos necessários para integrá-las ao contexto global e a outros sistemas regional-urbanos, bem como para gerar conhecimentos, potencializar as vantagens comparativas de suas regiões de influência, melhorar a produção e as condições de vida da população.
- Promover uma educação ambiental formal, e não formal considerando as especificidades culturais e os diversos desafios decorrentes do desenvolvimento e do manejo dos recursos naturais nas regiões e nas cidades.

---

## Territory, Globalization and Regional Development

### ABSTRACT

This article first addresses the concepts of Space, Territory and Region based on the contribution of some of the World's and Latin American's most well-known theorists and researchers on the processes of land occupation and the formation of the National State. It then analyses the current processes of spatial use and formation of "regions-state" occurring in some countries as a result of globalization. It also addresses the regional and urban phenomena that are occurring in Latin America considering demographic processes and urbanization, regional and urban issues at the national level, and the living conditions of the population. Finally the article includes conclusions, as well as the challenges facing Latin American countries at the regional and urban level in the context of globalization, and possible initiatives on how to address these.

**Keywords:** Territory; Space; Regional Development

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMANN, ZIGMUNT. *Globalização: As Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahhar Editores, 1999.
- CABLE, VINCENT. *The World's New Fissures: Identities in Crisis*. Londres: Demos, 1996.
- CASTELLS, MANOEL. *La Cuestión Urbana. El Debate sobre la Teoría del Espacio*. México: Siglo XXI Editores, 1976.
- CASTELLS, Manoel. *A Era da Informação*. Vol. I. A Sociedade em Rede. O Espaço de Fluxos. 6ª. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). CENTRO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (HABITAT). *El Espacio Regional. Hacia la Consolidación de los Asentamientos Humanos em América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile, 2001.
- CORAGGIO, JOSÉ LUIS. *Territórios em Transição. La Caracterización de la Cuestión Regional. Ciudad - Centro de Investigaciones*. Quito – Equador, 1988.
- DE OLIVEIRA, FRANCISCO. *Elegia para uma Re(li)gião. Conceito de Região Econômica e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LOPES, A. SIMÕES. *Desenvolvimento Regional. Os conceitos de Espaço. Os Conceitos de Região*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- NEGRET, FERNANDO. *Algunas Consideraciones y Conceptos sobre la Investigación del Espacio, lo Regional Urbano, la Región y la Ciudad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 1997.
- OHMAE, KENICHI. O Fim do Estado Nação. *A Ascensão das Economias Regionais. Os Novos Mecanismos de Prosperidade que Estão Reformulando os Mercados Globais*. Editora Campus, 2002.
- PRADILLA, COBOS EMILIO. *Contribución a la Crítica de la "Teoría Urbana". Del "Espacio" a la "Crisis Urbana"*. Universidad Autónoma Metropolitana. Casa Abierta al Tiempo. Colección Ensayos. México, 1984.
- RICHARDSON, HARRY W. *Economia Regional. Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional*. Rio de Janeiro: Zahhar Editores.
- SACHS, IGNACY. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro. Garamound. 2000.
- SASKIA, SASSEN. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo. Studio Novel. 1998.